



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2007/2008
PROVA OBJETIVA

Candidato: _____

Inscrição nº: _____

CONSTITUCIONAL

1 - A atual Constituição brasileira é:

- a) escrita, porque não admite alterações.
- b) sintética, pois possui mais de 250 artigos.
- c) histórica, visto que a Assembléia Nacional Constituinte esteve reunida durante 23 (vinte e três) anos.
- d) rígida, pois além de existirem cláusulas pétreas, as Emendas Constitucionais estão sujeitas a um procedimento mais solene do que o exigido para a elaboração das leis ordinárias.
- e) outorgada, pois foi produzida pelos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica durante o regime militar.

2 - O Brasil é uma república. Segundo nossa Constituição, isto significa que:

- a) há eleições periódicas, inexistindo contudo controle judicial dos atos dos Poderes Legislativo e Executivo.
- b) há necessariamente três Poderes distintos, cujos cargos são preenchidos unicamente por meio de eleições diretas (que ocorrem de quatro em quatro anos).
- c) não há cargos vitalícios, hereditários nem comissionados em nenhum dos Poderes do Estado.
- d) há eleições periódicas e os Chefes dos Poderes Executivos da União, dos Estados-membros/Distrito Federal e dos Municípios são responsáveis pelos atos praticados no exercício de suas funções.
- e) o Chefe do Poder Executivo é eleito diretamente pelo povo ao passo que os membros do Congresso Nacional são eleitos indiretamente, mediante eleições que ocorrem em cada uma das Assembléias Legislativas dos Estados-membros e na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

3 - Assinale a alternativa correta:

- a) pelo “princípio da presunção de constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público”, todas as leis e atos do Poder Público, por representarem a interpretação da Constituição emanada dos Poderes Legislativo e Executivo, serão sempre compatíveis com as normas constitucionais.
- b) o “princípio da unidade da Constituição” determina que os dispositivos da Constituição sejam interpretados de forma harmônica, devendo o intérprete preocupar-se em buscar a conciliação entre artigos constitucionais aparentemente contraditórios.
- c) ao aplicar o “princípio da interpretação conforme a Constituição”, o Supremo Tribunal Federal poderá alterar o texto de uma norma (ou de parte de uma norma) infraconstitucional, substituindo expressões ou palavras por outros(as) que entenda mais compatível(eis) com o texto constitucional, podendo, inclusive, o ato normativo passar a ter sentido contrário ao que tinha inicialmente.

- d) por aplicação do “princípio da efetividade”, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão, expedirá, desde logo, a norma faltante, com o objetivo de suprir a omissão constatada.
- e) pelo “princípio da proporcionalidade”, também conhecido como “princípio da subsidiariedade”, o Supremo Tribunal Federal pode aplicar dispositivos de Constituições brasileiras já revogadas, nos casos em que a Constituição vigente for omissa.

4 - São características da federação brasileira:

- a) a existência de um órgão legislativo (ou Poder Legislativo) unicameral, chamado Congresso Nacional.
- b) a soberania da União e a subdivisão do Distrito Federal em municípios autônomos.
- c) a autonomia dos Estados-membros e o direito de secessão.
- d) o Poder Executivo dualista e a repartição constitucional de rendas.
- e) a repartição constitucional de competências e a existência de um órgão legislativo (ou Poder Legislativo) federal bicameral: o Senado (composto por representantes dos Estados-membros e do Distrito Federal) e a Câmara dos Deputados (formada por representantes do povo).

5 - O Código de Processo Civil em vigor hoje no Brasil (Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973) foi aprovado na vigência da Constituição de 1967 (alterada pela Emenda Constitucional n° 1 de 1969). Este fenômeno se explica:

- a) pela teoria da recepção, segundo a qual permanece válida toda norma infraconstitucional compatível com a nova Constituição, ainda que esta norma tenha sido produzida seguindo processo legislativo previsto em Constituição posteriormente revogada.
- b) pela teoria da repristinação, segundo a qual a norma infraconstitucional é momentaneamente considerada revogada pelo advento da nova Constituição, mas ressurgir por intermédio de resoluções do Congresso Nacional.
- c) pela teoria da constitucionalização, segundo a qual a norma infraconstitucional anterior à nova Constituição só continuará válida se for novamente aprovada pelo Congresso Nacional, seguindo o novo processo legislativo.
- d) por se tratar de norma de eficácia plena, o Código de Processo Civil não fica submetido às disposições da nova Constituição.
- e) pela teoria da equivalência, segundo a qual uma norma só se substitui por outra de mesma hierarquia, motivo pelo qual os artigos do Código de Processo Civil continuam válidos ainda que contrariem os artigos da nova Constituição.

6 - Assinale a alternativa correta:

- a) embora todos sejam iguais perante a lei, a Constituição brasileira admite expressamente a “discriminação positiva” em favor das pessoas portadoras de deficiência, prevendo que lhes sejam reservadas vagas em concursos para cargos e empregos públicos.
- b) Em casos urgentes e excepcionais, o Delegado de Polícia Federal poderá expedir diretamente mandado de prisão preventiva. Para isso, deverá apenas obter a anuência prévia do Procurador da República responsável pelo caso.
- c) após o trânsito em julgado, é possível a extradição de brasileiro nato nos casos de comprovada participação em crime de terrorismo cometido no exterior.
- d) em respeito ao princípio da publicidade e do controle da administração pública, qualquer cidadão pode ajuizar *habeas data* para ver assegurado o seu direito à informação sobre os dados fiscais e bancários de agentes políticos. O processo, todavia, correrá em segredo de justiça.
- e) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Sendo assim, ainda que lei posterior revogue lei penal incriminadora (*abolitio criminis*), o condenado por sentença transitada em julgado não será beneficiado pela nova lei que aboliu o crime.

ADMINISTRATIVO

7 - As empresas públicas e sociedades de economia mista, no contexto da Administração Pública Federal, detêm alguns aspectos e pontos em comum, juridicamente, mas entre os que lhes são diferentes destaca-se

- a) a sua natureza jurídica.
- b) o regime jurídico dos seus servidores
- c) o foro de controle jurisdicional
- d) o tratamento fiscal privilegiado
- e) a exigibilidade de licitação

8 - A presunção de legitimidade é o atributo próprio dos atos administrativos

- a) que não admite prova de vício formal e/ou ideológico.
- b) que os torna irreversíveis judicialmente.
- c) que impede sua anulação pela Administração.
- d) que autoriza sua imediata execução.
- e) que lhes dá condição de ser insusceptível de controle quanto ao mérito

9 - O órgão administrativo tem as seguintes características, EXCETO:

- a) competência;
- b) personalidade jurídica;
- c) estrutura;
- d) quadro de servidores;
- e) poderes funcionais.

10 - Quanto às fundações instituídas pelo Poder Público, com personalidade jurídica de direito público, pode-se afirmar, EXCETO:

- a) o regime jurídico de seu pessoal pode ser o estatutário;
- b) os atos de seus dirigentes não são suscetíveis de controle pelo Ministério Público
- c) têm as mesmas características das entidades autárquicas;
- d) podem expressar poder de polícia administrativa;
- e) seu patrimônio é impenhorável

11 - Quanto à aposentadoria do servidor público é correto afirmar, EXCETO:

- a) o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
- b) os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.
- c) aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- d) ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência dos servidores públicos efetivos.
- e) a aposentadoria compulsória tanto do servidor público quanto da servidora pública ocorrerá aos setenta anos de idade.

PROCESSO CIVIL

12 - Acerca do litisconsórcio e da intervenção de terceiros, assinale a resposta correta:

- a) a União pode intervir como assistente simples da Caixa Econômica Federal independentemente da existência de interesse jurídico, bastando que demonstre que tem interesse econômico, ainda que indireto, em sua vitória.
- b) Se é proposta ação de usucapião de terreno de marinha, sem que a União figure como demandada, esta deve ingressar no feito espontaneamente, contestando-o.
- c) na ação de cobrança, é necessária a formação do litisconsórcio passivo entre devedor principal e fiador na ação.
- d) o juiz de direito estadual pode indeferir o pedido de assistência formulado pela União quando não preenchidos os requisitos legais.
- e) os embargos de terceiros, doutrinariamente, não são considerados modalidade de intervenção de terceiros.

13 - Sobre a competência cível da Justiça Federal:

- a) as ações em face do Instituto Nacional de Seguro Social devem ser propostas necessariamente na Justiça Federal em Brasília, onde se localiza a sede da autarquia, embora se faculte ao demandante a opção pela propositura da ação no Juízo Estadual em que reside.
- b) se a autoridade coatora reside em Maceió, mas é lotada e exerce suas funções em Arapiraca, o mandado de segurança pode ser impetrado em qualquer desses municípios, a critério do impetrante.
- c) a delegação de competência prevista no art. 109, § 3º, da Constituição Federal não se estende para os mandados de segurança impetrados por segurados contra autoridades administrativas do Instituto Nacional de Seguro Social, ainda que tenham como objeto direito a benefício previdenciário.
- d) compete ao Superior Tribunal de Justiça decidir conflito de competência entre Juiz Federal e Juiz Estadual investido de jurisdição federal.
- e) tendo em vista que mais de 50% das ações do Banco do Brasil pertencem à União, as ações propostas contra essa instituição financeira devem ser ajuizadas na Justiça Federal.

14 - Sobre os Juizados Especiais Federais é correto afirmar que:

- a) têm competência para processar ações propostas pela União, desde que o valor da causa não ultrapasse 60 salários-mínimos.
- b) sua competência é absoluta.
- c) não podem expedir precatório, pois como sua competência é limitada às causas de até 60 salários-mínimos, as condenações por ele proferidas sempre estarão no limite para a requisição por RPV.
- d) a Fazenda Pública deve ser sempre representada por um de seus procuradores, únicos agentes públicos que podem praticar atos judiciais em seu nome.
- e) a Turma Recursal deve ser composta por três juízes federais (titulares) com pelo menos cinco anos de exercício na magistratura.

15 - A respeito da resposta do réu:

- a) a União dispõe de 60 dias para contestar e de 30 para contra-arrazoar recurso de apelação.
- b) a reconvenção do Instituto Nacional de Seguro Social será autuada em apartado e apensada ao processo principal, o qual ficará suspenso enquanto não feita a citação do autor-reconvinte na pessoa de seu advogado, independentemente da existência de poder especial para tanto.
- c) contestação e exceção devem ser apresentadas simultaneamente, sob pena de preclusão.

- d) a exceção de suspeição oposta contra juiz ou membro do Ministério Público suspende o processo, o que não ocorre se seu sujeito passivo for serventuário da Justiça.
- e) na exceção de incompetência, a petição pode ser protocolizada no juízo de domicílio do réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juízo que determinou a citação.

TRIBUTÁRIO

16 - Avalie as formulações seguintes, observadas as disposições pertinentes ao tema “competência tributária”, constantes do Código Tributário Nacional, e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta.

- I) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
 - II) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencem à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.
 - III) A atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.
 - IV) A atribuição das funções de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.
- a) apenas as formulações I, II e III são corretas.
 - b) apenas as formulações II, III e IV são corretas.
 - c) apenas as formulações I, III e IV são corretas.
 - d) apenas as formulações II e IV são corretas.
 - e) todas as formulações são corretas.

17 - Sobre limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa correta.

- I) O Código Tributário Nacional admite que por ato de autoridade administrativa seja suspensa a aplicação da imunidade tributária à instituição de assistência social, sem fins lucrativos, que distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título?
 - II) A Constituição Federal veda à União conceder incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País?
 - III) Na iminência ou no caso de guerra externa, é vedado à União instituir impostos extraordinários não compreendidos em sua competência tributária?
- a) sim, não, sim
 - b) sim, sim, não
 - c) sim, não, não
 - d) não, não, sim
 - e) não, sim, não

18 - Com base no disposto na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, pode-se afirmar que:

- a) Compete tanto à União quanto aos Estados, Distrito Federal e Municípios a instituição de taxas em razão do exercício do poder de polícia.
- b) Somente a União e os Estados podem instituir contribuições de melhoria.

- c) As contribuições especiais, com fins econômicos ou sociais, são privativas dos Estados e Distrito Federal.
- d) A União pode transferir aos Estados o exercício regular de sua competência tributária.
- e) A cumulatividade e a seletividade são características essenciais do Imposto sobre Produtos Industrializados.

CIVIL

19 – Cessar, para os menores, a incapacidade, EXCETO:

- a) pela concessão dos pais.
- b) pelo nascimento de filho.
- c) pelo exercício de emprego público efetivo.
- d) pela colação de grau em curso de ensino superior.
- e) pelo casamento.

20 - Considerando o tema responsabilidade civil é correto afirmar:

- I) A Constituição veda a acumulação de indenização por danos morais e materiais.
 - II) Aquele que, de má-fé, demanda por dívida paga fica obrigado a pagar o dobro do valor cobrado.
 - III) A inscrição indevida de devedor no SERASA gera a indenização por danos morais.
 - IV) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.
-
- a) a afirmativa I está correta.
 - b) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - c) apenas as afirmativas II, III e IV estão incorretas.
 - d) as afirmativas II, III e IV estão corretas.
 - e) as afirmativas I, II, III e IV estão incorretas.

PROCESSO PENAL

21 - Sobre a competência da Justiça Federal em matéria penal, assinale o item correto:

- a) o exercício irregular da profissão de advogado, conduta tipificada como contravenção penal, é infração de menor potencial ofensivo, a qual deve ser apurada em ação proposta perante o Juizado Especial Federal.
- b) a partir da Emenda Constitucional n. 45 - a chamada "Reforma do Judiciário" - os crimes contra a organização do trabalho passaram a ser de competência da Justiça do Trabalho.
- c) compete ao Tribunal Regional Federal processar e julgar os crimes praticados por prefeito municipal que se apropria de verbas federais repassadas por convênio, ainda que a ação penal seja proposta após o término do mandato eletivo do autor do delito.
- d) a utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de moeda falsa, da competência da Justiça Federal.
- e) a poluição das águas de rio cujo leito banha mais de um Estado da federação é crime ambiental de competência da Justiça Federal.

22 – Analise os itens abaixo, assinalando a afirmação correta:

- a) na hipótese de o réu residir em seção judiciária diversa de onde corre a ação penal, poderá o juiz expedir carta precatória visando à realização do interrogatório no juízo do domicílio do réu.

- b) no caso de ausência de apresentação de defesa prévia pelo réu, cujo patrono foi devidamente intimado por ocasião da audiência de interrogatório, deverá o juiz nomear defensor dativo para aquele ato, porquanto se trata de peça indispensável para a regularidade do processo.
- c) caso o juiz discorde do pedido de arquivamento do inquérito policial formulado pelo procurador da República, poderá submeter a questão à apreciação superior do Advogado-Geral da União.
- d) em se tratando de réu revel citado por edital, suspende-se a tramitação do processo, sem prejuízo do regular curso do prazo prescricional.
- e) caso o juiz, por ocasião do interrogatório, convença-se da inocência do réu, deve o mesmo conceder *habeas corpus* de ofício para trancar a ação penal.

23 – Com relação à disciplina das nulidades no Processo Penal, é correto afirmar:

- a) a incompetência absoluta do juízo anula todos os atos, inclusive os de mero expediente, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
- b) nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
- c) no processo penal, a falta ou deficiência de defesa constitui nulidade absoluta, independentemente da prova de prejuízo para o réu .
- d) a nulidade de um ato, uma vez declarada, não causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam conseqüência.
- e) a nulidade por ilegitimidade do representante da parte é insanável, não podendo haver ratificação dos atos processuais por ele praticados.

PENAL

24 – Julgue os itens a seguir, relativos ao princípio da legalidade e da aplicação da lei penal no tempo.

- I. A lei penal, sempre que omissa ou lacunosa, poderá ser suprida pela analogia, pelos princípios gerais de direito ou pelo costume.
- II. Na situação em que um réu tenha praticado três crimes em continuidade delitiva, sendo um na vigência de lei nova, mais grave, e os outros dois, na vigência de lei antiga, mais benigna, deve ser aplicada a lei nova a toda a série delitiva.
- III. A Lei n.º 9.714/1998, que introduziu o sistema de substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, por ser mais benigna, tem aplicação retroativa.
- IV. Os crimes de lesão corporal leve e de lesão corporal culposa eram de ação penal pública incondicionada. Atualmente, com o advento da Lei n.º 9.099/1995, esses crimes tornaram-se de ação penal pública condicionada à representação. Assim sendo, mesmo que uma ação penal tenha sido iniciada antes do advento da Lei n.º 9.099/1995, deve ser aplicada a lei nova.
- V. Considere a seguinte situação hipotética. João, de 17 anos de idade, praticou um crime de homicídio qualificado. Um dia após a prática da infração penal, adveio uma lei que reduziu a menoridade penal para 16 anos de idade, ao estabelecer no art. 1.º que os menores de 16 anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial. Nessa situação, João responderá processo-crime pelo crime perpetrado.

A quantidade de itens CERTOS é igual a

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

25 – Sobre o crime de roubo, capitulado no artigo 157 do Código Penal Brasileiro, assinale o item correto.

- a) o delito de roubo se consuma no momento em que o agente se torna possuidor da coisa subtraída mediante grave ameaça ou violência. Para que o agente se torne possuidor, é imprescindível que a *res* saia da esfera de vigilância da vítima, não bastando para isso que cesse a clandestinidade ou a violência, segundo jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.
- b) no crime de roubo, a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena previsto no parágrafo 2º, inciso i do artigo 157 do código penal.
- c) se, durante um roubo a agência dos Correios, um assaltante mata o gerente com o objetivo de subtrair o cofre, responderá o mesmo pelo crime de homicídio perante o Tribunal do Júri federal.
- d) se o crime de roubo for praticado em detrimento de bens pertencentes à União, suas empresas públicas e autarquias, a pena deve ser aumentada de 1/3 (um terço).
- e) por serem distintos os bens jurídicos tutelados, é possível a coexistência, sem a ocorrência do *bis in idem*, do crime de roubo em concurso de agentes e o de formação de quadrilha ou bando.

26 – A respeito dos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

- a) no peculato doloso, a restituição do valor desviado importa no afastamento do *animus rem sibi habendi*, até porque, para a caracterização do tipo penal do artigo 312 é imprescindível a efetiva obtenção da vantagem ilícita, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça.
- b) o funcionário público fora da função, ou antes de assumi-la, não pode ser sujeito ativo do crime de corrupção passiva.
- c) para a consumação do crime de concussão, é necessária não apenas a entrega da vantagem indevida ao funcionário público que a exigiu, mas, também, a efetiva configuração do resultado almejado.
- d) pratica o crime de corrupção ativa o particular que simplesmente cede ao pedido anterior de vantagem indevida por parte do funcionário público.
- e) é delito tipificado no Código Penal Brasileiro, dentro dos crimes contra a administração pública, o ato do particular que solicita para si promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

PREVIDENCIÁRIO

27 - Quais dos seguintes benefícios da Seguridade Social independem, em qualquer caso, do cumprimento de carência para a sua concessão?

- a) pensão por morte, salário-maternidade
- b) amparo ao idoso, pensão por morte
- c) aposentadoria por idade, auxílio-doença
- d) aposentadoria por invalidez, amparo ao deficiente
- e) salário-maternidade, pensão por morte

28 - Considere as seguintes situações hipotéticas e marque aquela que traz uma conclusão FALSA.

- a) Pedro foi demitido da empresa onde trabalhava há vinte anos - período no qual esteve regularmente filiado ao RGPS - e passou dois anos e seis meses involuntariamente desempregado - situação essa devidamente comprovada -, razão pela qual também não efetuou nenhuma contribuição para a previdência social. Nesse caso, Pedro não perderá sua condição de segurado do regime geral da previdência social no período referido,

- podendo, inclusive, advindo incapacidade para sua função habitual, fruir benefício de auxílio-doença.
- b) Maria contribuiu para a previdência social como costureira autônoma durante treze anos, até 2000. Em 2004, aos 55 anos de idade, veio a falecer. Nessa situação, caso pleiteada, a pensão por morte não é devida aos seus dependentes, em virtude da perda da qualidade de segurado sem o cumprimento dos requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria.
 - c) Caio trabalhou durante doze anos em uma empresa de construção civil. Após ser demitido, sem justa causa, ficou desempregado – sem contribuir para a previdência social - durante cinco anos. Ao fim deste período, sofreu um acidente vascular cerebral que o deixou incapacitado para o trabalho, fato que motivou seus filhos a voltarem a contribuir, em nome do mesmo, para o RGPS. Nesse caso, após cumprida a carência exigida, pode Caio pleitear aposentadoria por invalidez.
 - d) Roberta é trabalhadora rural e labora em uma pequena propriedade do seu pai, em regime de economia familiar. Caso tenha um filho, mesmo sem nunca ter contribuído para a previdência social, preenchidos os requisitos legais, Roberta tem direito ao benefício de salário-maternidade, no valor de um salário-mínimo.
 - e) Cícero é segurado regularmente inscrito no RGPS e contribuía, como empregado, há mais de cinco anos quando sofreu um grave acidente de carro que o deixou tetraplégico e definitivamente incapacitado para qualquer tipo de trabalho. Neste caso, pode Cícero pleitear junto ao INSS aposentadoria por invalidez mesmo sem nunca ter recebido auxílio-doença.

29 – Sobre os benefícios assistenciais, assinale a alternativa correta.

- a) o benefício assistencial de amparo ao idoso é devido para os homens e mulheres que possuam idade acima de 60 (sessenta) anos e que preencham o requisito de miserabilidade previsto em lei.
- b) segundo a legislação, entende-se como miserável, para fins de concessão do benefício assistencial de amparo ao deficiente e ao idoso, o núcleo familiar que possua *renda per capita* inferior a 1/3 do salário-mínimo vigente à época do requerimento.
- c) é expressamente vedada por lei a concessão de benefício assistencial a indivíduo que pertença a núcleo familiar que já goze de qualquer outro benefício, de caráter assistencial ou previdenciário, independentemente da renda *per capita* verificada.
- d) desde a entrada em vigor do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), é legal a cumulação, em um mesmo grupo familiar, independentemente do número de indivíduos que o componham, de dois benefícios assistenciais de amparo ao idoso.
- e) o benefício assistencial ao deficiente exige, para a sua concessão, apenas incapacidade total e permanente para a função habitual e cumprimento do requisito de miserabilidade exigido em lei.

30 – Com relação ao benefício de pensão por morte e a disciplina da Lei 8.213/91, analise os itens abaixo, assinalando o correto.

- a) a carência para a concessão do benefício de pensão por morte é de doze meses, podendo ser diminuída da metade no caso de morte por acidente de trânsito e desde que o *de cujus* detenha a qualidade de segurado.
- b) podem ser beneficiários da pensão por morte, de acordo com a lei, o companheiro ou companheira, o cônjuge, o filho menor ou o maior incapaz, a filha maior solteira com idade até 24 anos e o irmão inválido, entre outros.
- c) é presumida a dependência no caso de pensão por morte pleiteada pelo filho menor, pelos ascendentes ou pelo cônjuge do segurado falecido.
- d) é possível o desdobramento da pensão por morte entre a esposa do segurado falecido e sua companheira, caso em que cada uma receberá uma cota parte do benefício.
- e) a pensão por morte paga para a filha solteira é extinta se for esta emancipada ou completar 24 anos de idade, salvo se for inválida.